

Paulo Freire
entre saberes, silêncios e segredos
14 esboços e uma imagem

Carlos Rodrigues Brandão

A pessoa e o pensamento de Paulo Freire têm sido afortunadamente recordados, relidos, dialogados, escritos, etc.

Quase tudo o que do seu legado é essencial tem sido ao longo dos anos algo de valor inestimável na vida, nos estudos, nas práticas e nos encontros entre muitas e de muitos de nós, entre seis gerações.

Acredito que a respeito de Paulo Freire alguns momentos são apenas parcialmente conhecidos e dialogados. Alguns talvez por serem tão “antigos” quanto eu mesmo, que estava já vivo e partilhava, de perto ou de longe, de boa parte do que escrevo aqui como um depoimento. Uma outra parte talvez porque aborde que nem em Paulo e nem depois dele foram sempre colocadas inteiramente “ao redor da mesa”.

Em outros momentos e em outros escritos que relaciono ao final deste breve depoimento, retracei algumas lembranças e alguns esquecimentos ao redor de Paulo Freire. Resgato aqui e agora algo deles, assim como alguns outros fragmentos de memórias ao redor de questões antigas e atuais que me parecem relevantes, e que nem sempre são conhecidas ou são recordadas.

Algumas pesagens repetem o já escrito em outros textos breves dos últimos anos. É de propósito. Achei que deveria trazer aqui um pouco do que deve ser repetido, para não ser esquecido.

Gostaria de pensar que em 2021, no ano dos “100 anos de Paulo Freire”, este é o derradeiro feixe de breves escritos que relembro e deponho a seu respeito. Que outros venham, de outras e de outros companheiros, da 1ª geração de educadoras populares (anos sessenta); da 2ª geração (anos setenta/oitenta); da 2ª geração (anos noventa); e da “juventude freireana” (anos 2000 em diante).

1º. Paulo Freire foi um professor de escola, antes de começar a sua vida como um educador e um criador de ideias e propostas destinadas a uma outra pedagogia. A uma educação que formando pessoas como leitoras críticas de seu mundo, viessem a participar da criação de “um outro mundo possível”. Sua primeira vocação foi o estudo de “Gramática da Língua Portuguesa”. Seu “Método de Alfabetização” guarda muito desta “primeira paixão”, como ele costumava dizer.

Em algum momento, entre os 15 e os 23 anos, descobri o ensino como minha paixão¹. Antes de mais nada, devo dizer que ser um professor tornou-se uma realidade, para mim, depois que comecei a lecionar. Tornou-se uma vocação, para mim, depois que comecei a fazê-lo. Comecei a dar aulas muito jovem, é claro, para conseguir dinheiro, um meio de vida; mas quando comecei a lecionar, criei dentro de mim a vocação para ser um professor.

Eu ensinava gramática portuguesa, mas comecei a amar a beleza da linguagem. Nunca perdi essa vocação².

2º. Durante muito tempo e em diferentes lugares o foco sobre a “novidade do Método Paulo Freire de Alfabetização” estava centrado na sua “ligeireza”. Lembremos “As 40 horas de Angicos”. Este sempre foi um aspecto secundário e Paulos mesmo reviu este apressamento. O “método” provém de um professor de Gramática e Língua Portuguesa e, depois, um pensador do humano e do social através da educação, e nele o peculiar é a proposta de uma alfabetização como “conversa entre”, como diálogo (e não como aula) destinados à decifração do mundo através de um reconhecimento das palavras. A começar pelas esquecidas “fichas de cultura” (ver o notável artigo de Osmar Fávero: *As fichas de cultura do Sistema de Alfabetização Paulo Freire: um “Ovo de Colombo”*, publicado na revista *Linhas Críticas*, 18(37), em 2012. Alfabetizar-se não é mecânica e instrumentalmente “aprender a ler-e-escrever” mas, aprender a decifrar de maneira pessoalmente crítica a si-mesmo (consciência de-si), aos seus outros (consciência do Outro) e de seu mundo de vida e de trabalho (consciência do Mundo).

2º. Paulo Freire e sua primeira equipe não criam apenas um “método de alfabetização. Criam um sistema de educação”.

Quando em 1960, no então *Serviço de Extensão Cultural* da então *Universidade do Recife*, hoje *Universidade Federal de Pernambuco*, a “equipe pioneira” de Paulo Freire, composta por ele, Aurenice Cardoso, Jomard Muniz de Brito e Jarbas Maciel, não criam e propõem apenas um “*Método de Alfabetização de Adultos*”. O que propõem é todo um “*Sistema Paulo Freire de Educação*”. Ele tem o seu primeiro patamar na alfabetização de crianças e de jovens e adultos. E estabelece, em uma outra etapa, uma “universidade popular”.

Os quatro integrantes da equipe escrevem artigos publicada no número 4 da *Revista de Cultura* da Universidade do Recife, com a data de abril/junho de 1963 (menos de um ano antes do golpe militar de abril de 1964). Vale à pena relembrar os seus títulos: *Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo*, de Paulo Freire (ps. 5 a 22); *Fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire de Educação*, de Jarbas Maciel (ps. 25 a 58); *Educação de adultos*

1. Paulo Freire, *Essa escola chamada vida*, 1985, Editora Ática, São Paulo. Livro escrito em parceria com frei Betto. Página 8.

2. Este depoimento está em um livro em que Paulo Freire conversa com Ira Shor. Ela foi republicada em *Paulo Freire – uma bibliografia*, a partir da página 38.

e unificação da cultura, de Jomard Muniz de Brito (ps. 61 a 69); *Conscientização e alfabetização: uma visão prática do Sistema Paulo Freire*, de Aurenice Cardoso (ps. 71 a 79)³.

Entre os artigos, quem descreve o *Método Paulo Freire* é Aurenice Cardoso. E também não no artigo escrito por Paulo Freire, mas no de Jomard Muniz de Brito, a proposta do *Sistema Paulo Freire de Educação* é descrita. Trago aqui um momento de seu depoimento.

Foi esse, portanto - e ainda está sendo -, o ponto de partida do SEC, ao lado de seu esforço em levar a Universidade a agir junto ao povo através de seus Cursos de Extensão em nível secundário, médio e superior, de suas palestras e publicações e, por fim, de sua "Rádio Universidade". Todavia o SEC não poderia fazer do Método de Alfabetização de Adultos do Prof. Paulo Freire sua única e exclusiva área de interesses e de trabalho.

A alfabetização deveria ser - e é - um elo de uma cadeia extensa de etapas, não mais de um método para alfabetizar, mas de um sistema de educação integral e fundamental. Vimos surgir, assim, ao lado do Método Paulo Freire de Alfabetização de Adultos, o Sistema Paulo Freire de Educação, cujas sucessivas etapas - com exceção da atual etapa de alfabetização de adultos, começam já agora a ser formuladas e, alguns delas, aplicadas experimentalmente, desembocando com toda tranquilidade numa autêntica e coerente Universidade Popular⁴.

2º. Tal como escrito já na dedicatória de *Pedagogia do Oprimido*, a educação de Paulo Freire é dirigida “aos esfarrapados do mundo”. Merece um destaque a extrema humildade com que Paulo Freire escreve por uma primeira vez algo a respeito de seu livro. Ao final da carta dirigida a Jacques Chonchol e a Maria Edy, no Chile, em que encaminha o manuscrito de *Pedagogia do Oprimido*, ele escreve:

Queria que vocês recebessem estes manuscritos de um livro que pode não prestar, mas que encarna a profunda crença que tenho nos homens, como uma simples homenagem a quem muito admiro e estimo.

*Paulo
Santiago
Primavera*

3. Na mesma sequência os quatro artigos originais da equipe de Paulo Freire foram republicados no livro *Cultura popular, educação popular – memória dos anos 60*, organizado por Osmar Fávero e publicado pela Editora Graal, do Rio de Janeiro, em agosto de 1983. Os quatro artigos saíram na parte intitulada: *Sistema Paulo Freire*, e é justamente para a palavra “sistema” que devo chamar a atenção de quem me leia.

4. Jarbas Maciel, *Fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire de Educação*, in: *Cultura Popular e Educação Popular – memória dos anos sessenta*, página 129. Grifos do autor.

685.

3^o. Paulo Freire não é um pedagogo e, menos ainda, um especialista em didática. Ele não lia com frequência livros de pedagogia e de didática, muito embora a maior parte de seus diálogos fosse com pessoas de algum modo ligadas à educação. A simples leitura das notas de rodapé e da bibliografia de seus livros deixará claro que ele sempre foi um pensador do humano através de uma *educação* pensada como *cultura*; de uma cultura pensada como *política*; e de uma *política* pensada como uma *ação emancipadora* “*para a liberdade*”. Quando ele escreve em equipe, mais de uma vez os textos mais diretamente pedagógicos ficam a cargo de outras pessoas. E quando escreve desde a educação, ela irá aparecer sempre como algo “para além da didática a da pedagogia”. Ou como uma pedagogia crítica de uma educação humanista, destinada não apenas a “como ensinar”, mas a “como transformar através do aprender”.

Na esteira dos então “movimentos de cultura popular”, homens e mulheres deveriam ser educadores, fossem médicas, arquitetos, cientistas sociais, pedreiros, advogados, camponeses, artistas, e também professoras. Ele costumava dizer algo como: “infelizes os professores que não são também educadores”.

4^o. Paulo Freire não criou a expressão *educação popular*, e muito raramente a empregou em suas falas e em seus escritos. Na verdade, a *educação popular* é algo que virá ser gerado, dialogado, escrito, praticado e partilhado ao longo de toda a América Latina por iniciativa uma geração de mulheres e homens latino-americanos (a alguns europeus na América Latina) ao longo das décadas dos anos 60-70, durante o exílio de Paulo Freire.

Durante este período foi criado o CEAAL – *Conselho Latino-Americano de Educação Popular* cuja relevância no aprofundamento, na expansão, na consolidação e na “refundação” de uma: *Educação Popular Freireana* é notório e crescente. Paulo Freire foi “presidente de honra” do CEAAL. Ele não empregava em falas e em escritos esta expressão que entre nós foi continentalmente (e depois universalmente, creio) criada e adotada.

É provável que as escolhas de nomeação de suas “educações-e-pedagogias” possam derivar do fato de que, vinda da Europa desde o século XIX e, inclusive, adotada por proeminentes educadores-emancipadores na América Latina, a expressão “educação popular” estava vinculada a um projeto no mais das vezes associado a uma concepção iluminista. Levar ao povo algo da “alta cultura” como extensão de um direito de cidadania.

Ou, na pior direção, como um trabalho de “qualificação subalterna” de mulheres e de homens das classes populares colocados a serviço de um Poder de

5. Está escrita a mão na página 36 e, em forma impressa, na página 37 de *Pedagogia do Oprimido (o manuscrito)*, em edição de 2018, a cargo do Instituto Paulo Freire, da UNINOVE e da BT Acadêmica,

Estado (que em geral se apresentava como “a nossa Pátria”), ou como força-de-trabalho pré-qualificada para o trabalho subalterno nas fábricas do mundo empresarial então nascente.

Não esquecer que em boa medida, a arquitetura de nossas antigas escolas públicas, a disciplina vigente nelas e os rituais pátrios cotidianos, traduzem com evidências uma origem de vocação bem mais hegemonicamente militar (“da” e “para o poder de estado), do que democraticamente cidadã (“da” e “para a” sociedade civil).

Os qualificadores de suas “educações” e “pedagogias” pretende marcar desde os primeiros escritos uma oposição assumida: pedagogia do oprimido, da esperança, da autonomia, da indignação. Educação como prática da liberdade, educação emancipadora, liberadora, problematizadora, conscientizadora. Etc.

5º. Não é a *educação popular* o foco original do “movimento” em que Paulo Freire e sua equipe do Nordeste se envolvem no começo dos anos 60. É algo que a envolve e faz a educação interagir com outras práticas sociais insurgentes e emancipadoras. É a *cultura popular*, uma proposta de pensamento e de ação, e um “movimento” aberto e interativo, de que a educação e a alfabetização serão uma entre outras dimensões e vocações substantivas.

Em janeiro de 1963 Paulo Freire e sua equipe promoveram no Recife o 1º *Congresso Brasileiro de Movimentos de Cultura Popular*. Tratava-se de crítica, e não apenas “iluministicamente”, democratizar a cultura, através de diferenças modalidades de ações, entre a arte, a ciência e educação.

Eis o que escreve em 1960 Jomard Muniz de Brito.

Daí jamais admitirmos que a democratização da cultura fosse a sua vulgarização ou, por outro lado, a adoção, ao povo, de algo que formulássemos nós mesmos em nossa biblioteca e que a ele doássemos.

Foram as nossas mais recentes experiências, de há dois anos no Movimento de Cultura Popular do Recife, que nos levaram ao amadurecimento de posições e convicções que vínhamos tendo e alimentando, desde quando, jovem ainda, iniciamos os nossos contatos com proletários e subproletários como educador.

Naquele Movimento, coordenávamos o projeto de Educação de Adultos, através do qual lançamos duas instituições básicas de educação e cultura popular - O Círculo de Cultura e o Centro de Cultura. (Cultura Popular e Educação Popular – memória dos anos sessenta, página 111).

O que então se praticava possuía uma relação direta e imediata com a “educação de adultos”. Algo que no após-guerra a UNESCO tratava de difundir pelo mundo, e antecedia a proposta posterior de uma “educação permanente”. Quando a palavra *educação* foi associada a “popular”, nos anos sessenta, ela o foi através da *cultura*.

Os “centros”, os “círculos” e outros “coletivos” através dos quais era praticada a educação proposta, também, por Paulo Freire, eram unidades de “movimentos de cultura popular”. Dentre eles, o que mais se expandiu pelo País e o que mais perdurou, foi o *Movimento de Educação de Base*, uma instituição fruto de um convênio entre a Igreja Católica e o Governo Federal. O MEB se reconhecia com um dos “movimentos de cultura popular” de então.

Somente no interior desta interação entre diferenças de vocação aproximadas quanto à sua missão libertadora, é que a educação popular faz sentido: cultura popular, “arte engajada”, teatro do oprimido, sociologia crítica, investigação-ação-participativa, etc.

Devemos ousar pensar como fluxos, como redes e teias, como interações entre territórios de fronteira, o que tem sido pensado como instituições constituídas em si-mesmas. Separar a educação popular deste fluir interativo e dinamicamente (ou dialeticamente) móvel e interativa de modalidades e iniciativas emancipadoras é mais ou menos como tirar de uma árvore uma fruta e tentar compreender a fruta sem pensar na árvore. Ou mesmo na terra e na água que nutrem a árvore e se nutrem dela.

6º. Sendo já um educador universalmente lido, conhecido, seguido, controvertido (e perseguido) desde *Educação como Prática da Liberdade* e, sobretudo, *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire será cada vez mais um pensador, um educador e um militante “ancorado no mundo em que está”.

Está no Brasil e no Recife? Ele escreve para brasileiros e nordestinos. Está no Chile? Trabalha junto a camponeses chilenos e escreve para chilenos. Está em Genebra, mas destinado a trabalhar sobretudo nas ex-colônias africanas, libertadas da tutela portuguesa? Escreve cartas para educadores de Guiné Bissau, de São Tomé e Príncipe, etc. Volta ao Brasil? Vincula-se fortemente a movimentos populares do Brasil. Participa da criação do MOVA e do Partido dos Trabalhadores, evita solenes congressos e encontros no MEC ou nos EUA, mas jamais deixa de lado um convite do MST ou de outro qualquer movimento popular.

De algum modo penso que podemos imaginar que Paulo Freire não escreveu “para” e, mais do que tudo, “para o “mundo acadêmico”. Ele escreveu “a” ou, melhor ainda, escreveu “com”.

Afetivamente Paulo Freire “correu o mundo” e viveu trabalhou entre quatro continentes... sem nunca haver saído de Pernambuco. E se a palavra “educação” é essencial em seus livros, a palavra “saudade” estará bem mais presente em suas cartas.

7º. Em uma outra direção ainda, de forma diversa ao que acontece com boa parte das “propostas de pedagogias”, a educação do *Pedagogia do Oprimido* não originalmente sequer é “para”, e nem “com”. Ela se enuncia como uma educação “contra”. Antes de apresentar a sua pedagogia Paulo Freire constituiu uma “educação bancária”. E, ponto por ponto é “diante dela” e

“contra ela” que propõe uma outra educação. É muito raro que um livro que propõe uma pedagogia, de forma tão direta e tão assertiva constitui logo “de cara” o modelo hegemônico de educação contra a qual a sua proposta se coloca de “frente”, ou “contra ela”.

8º. A sua *pedagogia do oprimido* possui desde a sua origem um duplo sentido. Ela é estendida “aos esfarrapados da Terra” não como uma oferta, como uma dádiva, ou mesmo como um jurídico “direito”, mas como uma posse, como uma apropriação de. Algo como assumir como sua uma outra pedagogia, e torná-la não a “sua educação”, mas uma “educação sua, “própria”. Assim, ela deve ser realizada a seu serviço e, não se servindo dele, como acontece com a “educação pública” no mundo hegemônico pelo capitalismo.

A crítica da *educação bancária* não se dirige apenas à educação privada e praticada como negócio. Dirige-se contra a “educação pública”, na medida em que ela é patrocinada, coordenada e praticada por um Poder de Estado, na porta de entrada, e colocado como o seu destinatário, na porta de saída.

Ela não é um serviço-de-direito do Poder de Estado para a Sociedade Civil, mas é ofertada a ela em nome dos interesses do próprio Poder de Estado. E, claro, a serviço, através do Estado, dos interesses do “Mundo do Mercado”.

9º. Uma questão algo delgada, e cuja discussão tem sido em geral evitada, porque desde os anos 60 ela envolve parceiros políticos com diferenças e, no limite, divergências ideológico-político-pedagógicas. Ela reside no fato de que Paulo Freire propõe uma “pedagogia de alto-risco”. Ele estabelece uma pedagogia com um ponto de partida previsto, com um itinerário a ser construído em seu próprio percurso, e com um lugar de chegada imprevisto e até mesmo inesperado.

Ao constituir a igualdade diferenciada dos saberes e dos sentidos e significados de mundo entre pessoas e entre culturas diferentes, mas não desiguais, a pedagogia freireana constitui o *diálogo* como o seu fundamento não apenas como um recurso metodológico. O *diálogo* não é um instrumento pedagógico. Ele é a razão de ser da *pedagogia freireana*. Não se “usa” o diálogo para ensinar. Ensina-se e se aprende através do diálogo para criar através do ensinar-e-aprender pessoas vocacionadas ao diálogo. Eis uma pedagogia que faz da escuta um ato didático tão essencial quanto a fala.

De igual maneira, a sua pedagogia não pressupõe um “educador constituído”, nem como uma pessoa, e nem como uma agremiação, como “a Academia”, “a Igreja” ou “o Partido”. Por outro lado, sem se descolar dos valores do conhecimento científico, ela não parte de uma qualquer ciência previamente constituída. A “dialética” de sua proposta pedagógica é “dialógica”. E cada integrante de uma unidade de ensino-aprendizagem é ao mesmo tempo um educador que aprende e um educando que ensina. E esta relação biunívoca é substantiva e, não, adjetiva.

10°. *A Pedagogia do Oprimido* desagua em uma *Pedagogia da Esperança*, que desagua em uma *Pedagogia da Autonomia*. Que desagua em uma...

11°. Sem ser confessionalmente um cristão (e nem um marxista), é em uma proximidade de e a universos, coletivos e instituições cristãs que Paulo Freire pensa, escreve e educa.

Relembro que o Movimento de Educação de Base, originalmente católico, é possivelmente o único que estende a todo o Brasil a proposta humanista-pedagógica de Paulo Freire, em tempos ainda anteriores à escrita de *Pedagogia do Oprimido*. Lembro que o MEB toma o “Método Paulo Freire” como um fundamento teórico e metodológico, e o “recria” para uso em escolas radiofônicas. O resultado do trabalho tomou o nome de “Benedito e Jovelina”, os nomes dados à mulher e ao homem de um simbólico (mas real) de um casal camponês. Pronto para ser “levado ao ar”, o trabalho da Equipe do MEB-Goiás foi abortado pelo golpe militar de abril de 1964.

Foi na revista *Cristianismo y Sociedad* de uma instituição cristã-ecumênica, Iglesia y Sociedad en América Latina, que como artigos sucessivos foram publicados os futuros capítulos de *Pedagogia do Oprimido*. O mesmo livro que foi em Espanhol publicado por uma editora igualmente cristã-ecumênica. E também a edição em Português, publicada por Paz e Terra.

Em seu exílio, Paulo Freire foi convidado a ser o coordenador do Setor de Educação do Conselho Mundial de Igrejas – o “Vaticano do mundo protestante” – e quando de volta ao Brasil, Paulo trabalhou como professor na Universidade Estadual de Campinas, e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi, no entanto, nesta segunda universidade que Paulo se sentiu “mais em casa”. E foi a PUC de São Paulo a instituição que criou a primeira Cátedra Paulo Freire. Reproduzo aqui algo já escrito em um documento anterior. Trechos de uma entrevista que em 1978 Paulo Freire dialogou longamente com Lilia Chiappini Moraes Leite, da Universidade de São Paulo, em Genebra⁶. Transcrevo aqui toda a parte final da entrevista pelo que ela contém de “confessionalmente” revelador. (O “Encontro com Paulo Freire” foi publicado entre as páginas 47 e 75 da revista *Educação e Sociedade* n° 3, de 1979)

L. (Lígia) – No fundo eu quero te perguntar até que ponto hoje você é mais marxista do que era na época de Pedagogia do Oprimido.

P. (Paulo) - Talvez eu pudesse dizer, repetir o que tenho dito em certas entrevistas, que eu acho que expressa bem a minha experiência; é o seguinte: indiscutivelmente eu fui, na minha juventude, ao camponês e ao operário da minha cidade, movido pela minha opção cristã. Que eu não renego. Chegando lá, a dramaticidade existencial dos homens e mulheres com quem eu comecei a dialogar me remete a Marx. É como se os camponeses e os operários me tivessem dito: “Olha, Paulo. Vem cá, você conhece

Marx? ” Eu fui a Marx por isso. E, indo a Marx, eu começo a me surpreender com alegria, por ter encontrado Marx entre camponeses e operários. Quer dizer, certo tipo de análise, como aquela do meu pedagogo que eu citei no começo (da entrevista – CRB), em que ele me chamava a atenção para as coisas materiais em que a sua consciência se formava e se reformava... comecei a ver uma certa racionalidade original do pensamento marxista lá na área camponesa, de analfabetos. Então comecei a ver: puxa, esse cara é sério!

Não quero dizer que eu hoje sou um “expert” em Marx, ou que eu sou marxista. Por uma questão até de humildade. Eu acho que é muito sério alguém ser marxista. É preferível dizer que eu estou tentando tornar-me. E a mesma coisa em relação à minha opção cristã. Eu sou um homem em procura de tornar-me um cristão.

12º. Algo peculiar à educação popular é de modo geral deixado à margem. À diferença de outros imaginários e de outras propostas pedagógicas que desde a sua origem possuem uma “assinatura ideológica” única ou restrita, desde *Pedagogia do Oprimido* não possui uma unidade ideológica exclusiva. Sua origem pode ser buscada nas notas de rodapé de seu livro essencial.

A educação popular surge no Brasil e, a seguir, na América Latina, através da presença, das ações e das ideias de educadores-militantes cristãos, marxistas e humanistas nem-cristãos e nem-marxistas (como o próprio Paulo), mas com trajetos e horizontes convergentes. É desde este “território de todos e de ninguém” que surge e se difunde o que veio a ser a educação popular. E este é o cenário de sua presença ente nós até hoje.

Paulo Freire mesmo em seus escritos, a partir de *Pedagogia do Oprimido*, e ao longo de sua vida, assina uma única identidade: a de um humanista. Um humanista crítico criador de uma pedagogia emancipadora. A palavra “humanismo” e suas derivadas percorrem todo o seu livro e outros a seguir, assim como as suas cartas e falas.

A pedagogia do oprimido, que busca a restauração da intersubjetividade, se apresenta como pedagogia do Homem. Somente ela, que se anima de generosidade autêntica, humanista e não “humanitarista”, pode alcançar este objetivo. Pelo contrário, a pedagogia que, partindo dos interesses egoístas dos opressores, egoísmo camuflado de falsa generosidade, faz dos oprimidos objetos de seu humanitarismo, mantém e encarna a própria opressão. É instrumento de desumanização. (Pedagogia do Oprimido – o manuscrito, páginas 88 e 89)

(...) Testemunho humanista. De humanismo que não se perde em frases feitas, quando muito sonoras, amontoado de palavras ocas, que fala em homem abstrato, fora do mundo, fora do tempo; humanismo pelo contrário (...) que é compromisso com o homem molhado de tempo, enraizado no mundo. Compromisso com os homens que estão sendo uma

forma de não-ser. (Carta de 13 de junho de 1969, Em *Correspondência* – página 12).

13. Um dos fatos (e fatores) mais inusitados e importantes no que toca as ideias de Pedagogia do Oprimido e da educação popular, é que elas e os seus desdobramentos são uma deriva. São um desvio. Uma quebra. Uma ruptura.

Pensada do ponto de vista de “quem educa quem, com e porque”, a educação popular de vocação freireana representa uma inversão. Algo indevido, do ponto de vista de uma teoria pedagógica mais formal e reguladora.

Isto porque historicamente, inclusive desde e através dos gregos clássicos, a “direção da dívida” no que toca a educação é: do igual para com o igual, os do socialmente “inferior” para o socialmente “superior”. Escravos, servos pedagogos conduzem “filhos dos cidadãos livres” à escola e os educam. Ou, em academias como a de Platão, “aristocratas e cidadãos livres (mulheres excluídas) mutuamente se ensinam e aprendem.

Mesmo após a criação das escolas públicas de que falei acima, quando uma educação é “estendida ao povo”, ela o é tendo não “o povo”, mas o Estado e, depois, o mercado, como destinatários.

Assim, uma educação popular que, vinda originalmente da academia, é não apenas estendida, mas comprometida com o povo e com os seus projetos de emancipação, descolonização, libertação (palavra cara a Paulo Freire), é uma ruptura pedagógica e uma contraposição política e social.

Pedagogia do Oprimido não “acrescenta a”, na verdade, é uma pedagogia que “rompe com”.

14^o. Uma mesma “visão de fluxos e entre reais e redes dinâmicas”, vale para pensarmos o que de algum modo se origina “ao redor dos anos sessenta” e prosseguiu nas décadas seguintes. E com um detalhe tão essencial quanto esquecido.

Entre 1960 e anos muito próximos do “agora”, por uma primeira vez a América Latina cria, difunde e exporta teorias, propostas e práticas emancipatórias: Cultura Popular, Educação Popular, Teatro do Oprimido, Direito Popular, Medicina Comunitária Popular (as revistas), Sociologia crítica, Música e poesia de protesto, Investigação-Ação-Participativa, comunidades eclesiais de base, sindicatos rurais, agremiações de classe operária, teologia da libertação, política da libertação, ecologias do Sul, etc.



Paulo Freire junto com educadoras e educadores da “Geração dos 70/80” (menos Paulo e eu, que somos da “Geração dos 60”) em um momento de pausa em uma reunião internacional de apoio à Revolução Sandinista em Managua, na Nicarágua em 1981 ou 1982.

Pessoas de quem recordo o nome. Em pé, da esquerda pra direita: Carlos Calvo, Félix Cadena, Vera Gianotten (Holanda), Paulo Freire, Tom de Wit (Holanda), Oscar Jara. Sentados: eu (de cabeça baixa) e Sérgio Martinic.

Outono de 2021